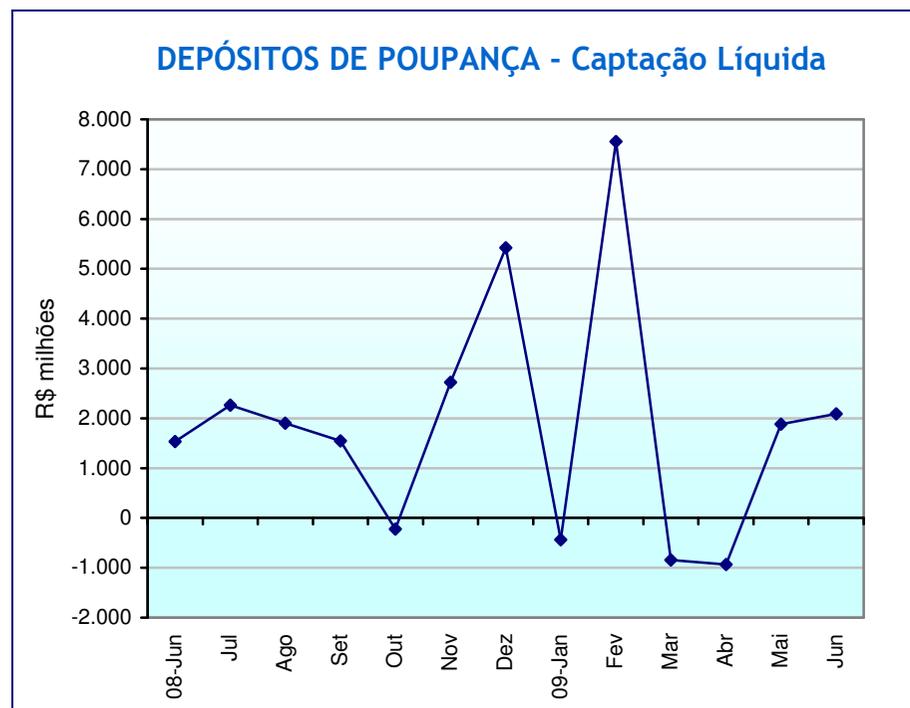


RESUMO

1. DEPÓSITOS DE POUPANÇA

O saldo global dos depósitos de poupança (SBPE + Rural) cresceu 1,30% em junho/09 se comparado a maio/09: de R\$ 278,57 bilhões para R\$ 282,19 bilhões.

Considerando apenas a captação líquida (depósitos - saques), os recursos da poupança apresentaram, em junho, um ingresso líquido de R\$ 2,09 bilhões.



2. FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

2.1 - Financiamentos Imobiliários Efetivados

Tendo como base todo o território nacional, de outubro de 1.994 a junho de 2.009, foram concedidos financiamentos para *construção* de 577.619 unidades. Nesse mesmo período, foi também financiada a *aquisição* de 616.900 imóveis prontos. O valor total dos financiamentos concedidos foi de R\$ 96,57 bilhões. Esse valor é bem superior ao da captação líquida dos depósitos de poupança no mesmo período (depósitos - retiradas) que registrou R\$ 40,27 bilhões.

2.2 - Financiamentos Habitacionais

Nos doze últimos meses, de julho de 2008 a junho de 2009, foram concedidos novos financiamentos habitacionais no valor de R\$ 29,83 bilhões (289.351 unidades), em comparação com R\$ 23,49 bilhões (239.707 unidades) entre julho de 2007 e junho de 2008. Esses números representam acréscimo de 26,97% no valor nominal dos financiamentos concedidos e de 20,71% no número de unidades financiadas. Dos recursos aplicados nos últimos doze meses, 53,77% (R\$ 16,04 bilhões) foram destinados para aquisição de unidades já construídas e o restante, 46,23% (R\$ 13,79 bilhões), a financiamentos para construção de imóveis.

FINANCIAMENTO HABITACIONAL				
Construção + Aquisição				
Período	Unidades	Variação %	Valor (R\$)	Variação %
Jul/07 a Jun/08	239.707	-	23.494.744.479	-
Jul/08 a Jun/09	289.351	20,71	29.831.394.113	26,97

2.3 - Exigibilidades

O quociente *Aplicações Totais / Exigibilidades* – que mede o cumprimento dos percentuais mínimos de aplicação em financiamentos imobiliários estabelecidos pelas normas do CMN - comparando-se maio de 2009 com junho de 2009, cresceu de 106,97% para 107,86% nas instituições privadas, decresceu de 98,96% para 98,53% nas instituições públicas e cresceu de 105,11% para 105,72% nas caixas econômicas.

2.4 - Operações do SFH e às Taxas de Mercado

Nos últimos doze meses - julho de 2008 a junho de 2009, somados os financiamentos para aquisição e para construção de imóveis habitacionais no âmbito do SFH, chegou-se à cifra de R\$ 26,68 bilhões para um total de 276.486 unidades. Para o período de julho de 2007 a junho de 2008, tivemos R\$ 20,55 bilhões para 227.410 unidades financiadas. Em percentuais, os novos números representam acréscimo de 29,81% no volume de recursos e 21,58% na quantidade de imóveis financiados.

Com relação aos financiamentos habitacionais às taxas de mercado, destinados a imóveis residenciais, temos que o valor dos mesmos para os 12 últimos meses foi de R\$ 3,15 bilhões, para 12.865 unidades, contra R\$ 2,94 bilhões, para 12.297 unidades, nos 12 meses anteriores. Tivemos, portanto, acréscimo de 7,16% nos recursos alocados e de 4,62% na quantidade de imóveis financiados.

2.5 - Distribuição Geográfica dos Financiamentos Imobiliários

A distribuição, por regiões geográficas, do valor global dos contratos de financiamentos imobiliários concedidos no mês de junho de 2009 concentrou 64,99% no Sudeste, 13,83% no Sul, 10,95% no Nordeste, 8,41% no Centro-Oeste e 1,82% no Norte.

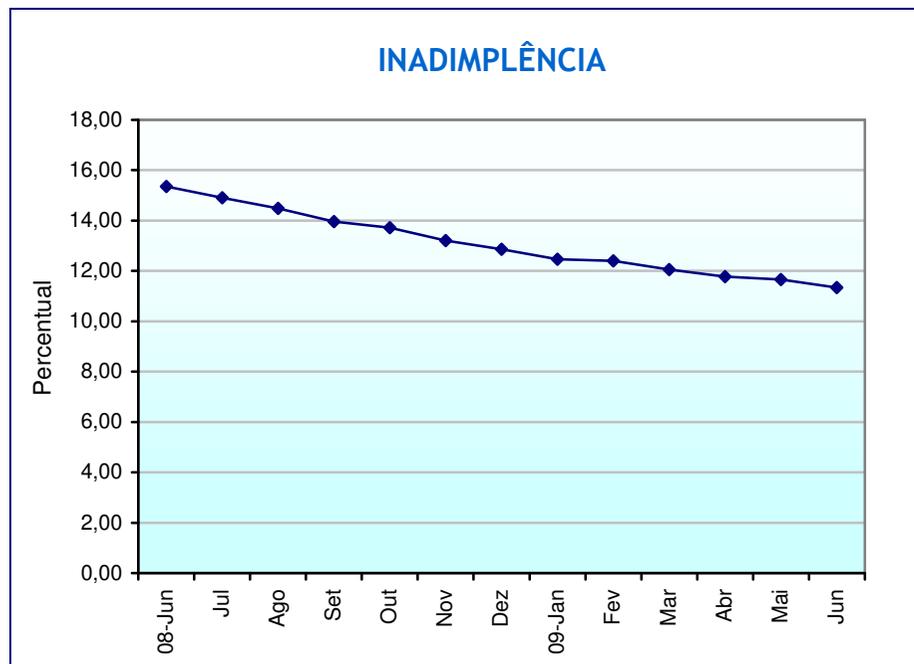
A distribuição dos depósitos de poupança no SBPE é de 63,86% no Sudeste, 17,71% no Sul, 11,28% no Nordeste, 4,82% no Centro-Oeste, e 2,33% na Região Norte.

2.6 – Inadimplência

Levando-se em consideração o SBPE como um todo, a quantidade de mutuários inadimplentes (contratos com mais de três prestações em atraso) foi equivalente a 11,34%. Verifica-se que continua alto em relação aos padrões passados: era de 7,5% em fevereiro de 1995, levando-se em consideração todas as modalidades de contrato existentes.

Os quatro tipos de contrato com maior inadimplência (acima de 50%) são, respectivamente: contratos firmados até 28.02.86 (74,44%); contratos firmados entre 28.02.86 e 28.07.93 ao amparo de outros planos (excetuando-se PES/CP) (73,63%); firmados entre 28.07.93 e 24.06.98 ao amparo do PES (Plano de Equivalência Salarial) (53,42%); e firmados no último período citado, ao amparo de outros planos (excetuando-se PES e PCR – Plano de Comprometimento de Renda) (52,49%). Nenhum de tais tipos de contrato, no entanto, está entre os maiores componentes do índice geral de inadimplência de 11,34%, por possuírem baixa representatividade no volume total de contratos (respectivamente, de 0,72%, 0,46%, 0,56% e 1,56%). Os maiores componentes do citado índice (contribuição acima de 1% no número final) são aqueles com maior participação no volume total de contratos: contratos firmados entre 28.02.86 e 28.07.93 ao amparo de PES/CP (inadimplência de 45,64% e participação de 10,63% do volume total); firmados após 24.06.98 ao amparo de outros planos (excetuando-se PES e PCR) (inadimplência de 2,67% e participação de 70,01%); contratos na carteira hipotecária (inadimplência de 12,91% e participação de 9,41%); e contratos firmados entre 28.07.93 e 24.06.98 ao amparo do PCR (inadimplência de 39,89% e participação de 2,74%).

Em relação ao total de contratos existentes em cada região, a proporção de mutuários inadimplentes (contratos com mais de três prestações em atraso) é de 16,32% na Região Nordeste, 13,14% no Centro-Oeste, 11,64% no Sul, 11,24% no Norte e 9,86% no Sudeste.



OBSERVAÇÃO:

- Fonte: Instituições Financeiras (o teor das informações é de responsabilidade das instituições financeiras, representadas por seus administradores, gerentes, membros do conselho de administração, conselho fiscal e semelhantes, e a sua inexatidão sujeita-os às penalidades previstas em lei).

3 - FCVS

O déficit global do FCVS - Fundo de Compensação das Variações Salariais - (contratos ativos mais contratos liquidados menos antecipações) atingiu R\$ 108,21 bilhões em junho de 2009. A dívida potencial (contratos ativos) somou R\$ 1,36 bilhões. As caixas econômicas são credoras de 47,45% dos recursos do déficit global, vindo a seguir, as instituições privadas (27,16%), as empresas públicas (15,58%), as instituições públicas (8,23%) e as COOHAB's (1,58%). Os contratos liquidados atingiram R\$ 110,71 bilhões, dos quais R\$ 69,07 bilhões (62,39%) são dívidas vencidas e R\$ 41,64 bilhões (37,61%), dívidas a vencer.